





tégia inovadora interna de facultar, a quem quer fazer o estágio, uma bolsa de estágios como se fosse em contexto de empresa. Pegamos em engenheiros mais velhos e em temas ligados a esses engenheiros e patrocinamos e acompanhamos estágios a quem necessita dos mesmos e não os consegue arranjar. Com isto, queremos que a transiti-vidade de estágios seja feita num contexto de simulação para que os engenheiros não percam tempo por não conseguirem estágios. É uma aceleração para a entrada na profissão. Outra coisa com que nos preocupamos é a questão da ino-vação e do empreendedorismo, se-undo a qual pretendemos motivar ao auto-emprego, com meios pró-rios. Aprofundámos também a nossa relação com as universida-des. Temos, neste momento, conv-ênios aprofundados com conteúdos muito focalizados com as principais universidades e poli-técnicos no Norte do país.

#### Em no campo internacional?

Embora de dimensão nacional, mas com uma influência forte da Região Norte, o último diapasão consiste na abertura ao exterior. Ou seja, o ensino da engenharia em Portugal é, em termos gerais, um bom ensino, e a engenharia, em si, não tem fronteiras. Um bom engenheiro português tem capaci-dade de ser, à partida, um engenheiro global. O grande problema são as barreiras nos outros países, porque existem entidades regula-doras da profissão que não reconhecem os títulos. Neste caso, a preocupação da OE consistiu em definir uma estratégia para as re-lações internacionais num con-texto de reciprocidade, de conseguir que existisse o reconhe-cimento do engenheiro português. As coisas têm corrido bem neste aspecto. Com a Europa é fácil, por-que a directiva "Serviços" ajuda a agilizar a mobilidade, portanto o assunto está parcialmente resol-vido, embora tenhamos convénios bilaterais com outros países, como o Reino Unido, que nos ajuda com os países da Commonwealth a ter uma espécie de "bypass", ou como com Espanha, não necessaria-mente por dificuldades de correla-ção, mas essencialmente porque os cursos de Engenharia Civil e Me-cânica, no caso espanhol, são dife-rentes. Temos de fazer convénios para nivelar esta área. Temos ainda convénios com os países de expressão lusófono que têm estru-turas iguais à nossa e em todas está a correr bem. Temos também

**“Para actuarmos, focámo-nos em dois grandes factores: acesso rápido à profissão, em termos daquilo que pudesse ser agilizado pela Ordem – porque a Ordem tem barreiras à partida, é diferente ser licenciado em engenharia de ser engenheiro – e, por outro lado, o factor da crise e da conjuntura que leva à falta de emprego”**

ligações a outros países que enten-demos serem de charneira e esta-mos – a Ordem dos Engenheiros - a presidir ao Conselho das Asso-ciações Profissionais de Enge-nharia de Língua Portuguesa e Castelhana. São 31 países onde temos mais procura de engenhei-ros “exportáveis”, no sentido de internacionalização e não de emi-gração, pois tem de haver re-torno, sob pena de, se não houver, estarmos a perder recur-sos próprios. Temos, neste mo-mento, acordos assinados com o México, a Colômbia e o Peru e es-tamos em negociações com a Ve-nezuela.

#### Como vê estes convénios?

Penso que estamos a dar um contributo que beneficia os jo-vens engenheiros, mas não só. Fomos notando que, com esta crise, existe desemprego de meia idade o que, infelizmente, ainda é mais doloroso do que o desem-prego jovem. Temos situações de pessoas com mais de 40 anos em situação de desemprego, que sempre tiveram uma vida desafa-gada e, de repente, vêm-se neste contexto, com necessidade de ir para além-fronteiras. Isto obriga-nos a repensar a forma de resol-ver estas situações e, neste aspecto, estes convénios são transversais. Não deixo de reco-nhecer que a OE não é, muitas vezes, suficiente por si só para as-segurar estas bilateralidades, ou seja, há circunstâncias que obrigam a uma intervenção diferenciada, ao nível político.

**Porque acha que existe uma abertura tão grande destes paí-ses latino-americanos para esta-belecerem convénios com a Ordem?**

São países com muita dimensão e centralidade regional. A Venezuela, eventualmente, nem tanto mas, do ponto de vista do futuro, faz sentido.

Quer o México, quer a Colômbia, quer o Peru, estão a crescer a cerca de 5% ao ano. Têm praticamente tudo o que é infra-estruturas para fazer e têm, genericamente, um en-sino de engenharia relativamente bom. Não precisam de engenheiros em quantidade mas sim da nossa ex-periência. Aquilo que já fizemos aqui, eles precisam de fazer lá. Nesse aspecto, somos bem recebi-dos, desde que não ocupemos o es-paço dos engenheiros locais.

**Poderá ser uma realidade os engenheiros portugueses apoiar-em estes países na área da for-mação?**

De certeza que sim, na formação contínua, mais do que na formação de base. Estamos muito adiantados em alguns temas específicos da en-genharia. Desde logo, na física das construções, nos aspectos térmi-cos, acústicos, de certificação ener-gética. Outra coisa que temos na Europa e que ficou muito bem visto por esses países foi a coorde-nação da segurança na construção. Somos também pioneiros relativa-mente aos sistemas automatizados de portagem, como a Via Verde, e temos ainda as questões facultati-vas da indústria da construção, que são as questões ambientais e a ges-tão da qualidade. Os nossos siste-mas de gestão estão mais desenvolvidos, o que não quer dizer que os países em questão não tenham isso. Têm, mas precisam de um “upgrade”, e estas são as nossas mais valias nestes países em desenvolvimento, o que leva a esta relação de reciprocidade e de con-fiança que cria oportunidades. Posso adiantar-lhe que, neste mo-mento, há mais de mil cidadãos portugueses a trabalhar na Colô-mbia.

**Que projectos está a Região Norte a desenvolver actual-mente?**

Estamos a desenvolver a des-

materialização do atendimento ao membro. Actualmente, se queremos uma declaração para reconhecer um profissional, é tudo feito de uma forma pouco prática, pouco à engenheiro. O que queremos é criar um siste-ma de desenvolvimento curri-cular do engenheiro ao longo da vida. Temos definidos os actos de engenharia, que são 12 espe-cialidades. Depois, há que ver quais são os actos partilhados entre especialidades e quais não são. Em alguns casos até nos con-fundimos com os engenheiros técnicos porque nos cruzamos com eles, noutros casos com ar-quitectos. Portanto, temos de ver quais são estas fronteiras e quais são as sobreposições, para depois definirmos as competências. Em-bora não seja um trabalho difícil, é exaustivo. O trabalho difícil sur-girá quando, definidos os actos de engenharia, se somarem as com-petências, nalguns casos, regula-das já pelo Estado, noutros definidas pela Ordem dos Enge-nheiros. O que queremos é defi-nir, com base na formação contínua, na experiência e na in-tervenção social do engenheiro, um sistema de creditação do en-genheiro ao longo da vida e esse sistema vai somando a um cur-rículo para que o único currí-culo do engenheiro seja detido pela Ordem. Isto é um factor de absoluta credibilização da enge-nharia portuguesa. Actual-mente, se nos lançamos para concursos de fiscalização para uma obra de edificação e uma obra de estradas, temos de ajus-tar o currículo do engenheiro que concorre. A partir do mo-mento em que o currículo é mu-tável, com o cadastro de desenvolvimento da OE, tem uma credibilidade imutável para o Estado português enquanto decisor público. Este é o grande contributo para a profissão. ■